

Práticas Culturais dos Portugueses. Inquérito 2020

José Machado Pais

Pedro Magalhães

Miguel Lobo Antunes

(coordenadores)

ICS

Imprensa
de Ciências
Sociais

Índice

Os autores	17
Prefácio	
Guilherme d'Oliveira Martins	19
Introdução	
José Machado Pais	23
Capítulo 1	
Aspetos metodológicos e sociografia dos inquiridos	
Pedro Magalhães e Jorge Rodrigues da Silva	47
Capítulo 2	
Internet, práticas culturais <i>online</i> e distinção	
Teresa Duarte Martinho e Tiago Lapa	55
Capítulo 3	
A domesticação da televisão e da rádio na era digital	
«pós-rádiodifusão»	
Tiago Lapa	99
Capítulo 4	
A leitura e a frequência de bibliotecas e arquivos no arranque	
dos anos 20 do século XXI	
Emanuel Cameira	143

Capítulo 5	
Círculos ainda estreitos: museus, monumentos históricos, sítios arqueológicos e galerias de arte	
Teresa Duarte Martinho	197
Capítulo 6	
Ecletismo ou distinção? Cinema, espetáculos ao vivo, festivais e festas locais	
Vera Borges	235
Capítulo 7	
Participação artística e capitais culturais	
Rui Telmo Gomes	285
Capítulo 8	
Práticas culturais e clivagens sociais	
José Machado Pais	311
Capítulo 9	
Algumas notas sobre práticas, política e programação culturais	
Miguel Lobo Antunes	351
Anexos	
Mapeamento dos inquéritos internacionais mais utilizados (Anexo 1)	389
Questionário (Anexo 2)	391
Indicadores do questionário (Anexo 3)	441

Prefácio

O Inquérito às Práticas Culturais dos Portugueses 2020, realizado pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, constitui um amplo levantamento pioneiro realizado à escala nacional sobre o modo como os portugueses encaram as iniciativas culturais e o fenómeno cultural, considerando a democratização do respetivo acesso, a participação cultural, a divulgação do livro e das manifestações culturais, os programas itinerantes, a descentralização e a animação cultural, a formação de públicos, a promoção das artes e o desenvolvimento das indústrias criativas.

Já nos anos setenta do século XX a Fundação Calouste Gulbenkian foi igualmente pioneira num levantamento da oferta cultural disponível em alguns concelhos do país, em colaboração com a então Secretaria de Estado da Cultura. Uma década depois realizou-se um Inquérito às Práticas Culturais dos Portugueses coordenado pelo Professor Jorge Gaspar, a partir de uma amostra representativa da população portuguesa residente no Continente. Infelizmente, não chegou a ser publicado.

Nesse sentido, a iniciativa agora considerada pretende ser um contributo importante para o aprofundamento do conhecimento do panorama da cultura e dos hábitos de consumo de bens culturais em Portugal. O inquérito realizado considera como prática cultural um conjunto de atividades que se traduzem em indicadores, os quais permitem aferir das ações efetivamente realizadas, da sua frequência e variantes – e dos seus efeitos práticos. Trata-se de uma análise complexa e dinâmica, antecedida de uma extensa inventariação de inquéritos internacionais. Daí resultou uma base de dados de cerca

de 80 inquéritos realizados na Europa, América do Norte e do Sul, sobretudo na última década, bem como os resultados das estatísticas sobre a cultura desenvolvidas pelo Instituto de Estatística da UNESCO, cujas definições têm por objetivo e resultado facilitar as comparações internacionais. Tal método permitiu, aliás, ensaiar algumas comparações publicadas no presente estudo.

Pretende-se, deste modo, que os resultados do Inquérito possibilitem uma informação relevante para todos quantos nos planos nacional ou local necessitem de elementos para orientarem as respetivas políticas culturais. De facto, não é possível promover a democratização da cultura sem um conhecimento atualizado dos hábitos, práticas e gostos culturais dos portugueses. Não podemos esquecer, porém, a evolução recente no tocante às taxas de escolarização, aos níveis de formação da população e a evolução positiva no aproveitamento, nas aprendizagens e na redução do abandono escolar precoce. Designadamente, a recente experiência do Ano Europeu do Património Cultural 2018, que tive a responsabilidade de coordenar, demonstra claramente a necessidade de um estudo com esta natureza e âmbito, já que os resultados positivos obtidos basearam-se em conhecimentos empíricos e na mobilização da população escolar e da rede de bibliotecas escolares – havendo muitas potencialidades a explorar, até pelos efeitos multiplicadores junto das famílias e dos meios locais.

O facto de o Inquérito ter decorrido num período dominado pela emergência pandémica significa ainda que houve necessidade de considerar a avaliação de possíveis mudanças de hábitos na utilização de recursos digitais, da Internet, da televisão e da rádio e de práticas de leitura durante os períodos de confinamento em casa, fora dos espaços das bibliotecas e arquivos. A rápida evolução da sociedade portuguesa, designadamente no que respeita ao alargamento da escolarização e a oferta de formação, converte o presente estudo numa base de dados de grande utilidade que exige uma avaliação futura dos indicadores culturais ao longo do tempo, em especial no tocante às políticas de democratização da cultura, à evolução das desigualdades no respetivo acesso e à necessidade de as contrariar, bem como aos incentivos à participação dos cidadãos e à consolidação da democracia cultural.

Deixo, por fim, uma palavra reconhecida a José Machado Pais, Pedro Magalhães e Miguel Lobo Antunes, bem como a toda a equipa

que coordenou e com enorme rigor realizou este Inquérito. A equipa do Programa Gulbenkian Cultura, dirigida primeiro por Rui Vieira Nery e presentemente por Miguel Magalhães, merece a nossa gratidão.

Guilherme d'Oliveira Martins

Introdução

1. Num contexto em que se equacionam os desafios e oportunidades para a Europa no quadro da Agenda 2030 das Nações Unidas, centrada nos objetivos do desenvolvimento sustentável, as vozes da cultura (Voices of Culture 2021) não podem deixar de ser ouvidas a este respeito. Entre elas, as dos públicos da cultura, sem esquecer as dos que mais afastados se encontram do universo das práticas culturais regulares. Com efeito, fazendo uso alegórico do título de um romance de Salman Rushdie – *The Ground Beneath Her Feet* – como avaliar a pertinência ou o êxito das políticas culturais desconsiderando o solo que elas pisam? Em que medida as políticas culturais atendem às carências ou às expectativas dos portugueses? É certo que os públicos da cultura não deixaram de estar na mira das políticas culturais dos sucessivos governos do pós-25 de Abril. Nos respetivos programas de governo, independentemente dos quadrantes político-partidários, sobressaem referências e apelos à democratização do acesso à cultura, à participação cultural, às políticas de divulgação do livro, aos programas culturais itinerantes, à descentralização da cultura, à difusão e animação cultural, à formação de públicos, à promoção das artes e ao desenvolvimento das indústrias criativas. Porém, principalmente no caso das políticas culturais municipais, os programadores culturais revelam, frequentemente, uma realística consciência da margem de risco que as suas opções comportam (Lopes 2019, 226). As dúvidas têm uma razão de ser: uma manifesta carência de dados empíricos que sustentem a tomada de decisões e a sua monitorização.

Espera-se que os resultados do Inquérito às Práticas Culturais dos Portugueses recém-realizado possibilitem uma informação relevante a todos quantos, a nível nacional e municipal, carecem

dela como alavanca das políticas culturais. Com efeito, como assegurar um desenvolvimento cultural sustentável e generalizado ao país quando se desconhecem as assimetrias da participação cultural? Como responder às suas necessidades de usufruto se não sabemos como se diferenciam em termos de pertenças sociais, geracionais, regionais ou de género? Que motivações os mobilizam? Que razões invocam para não lerem mais livros ou não frequentarem, mais assiduamente, bibliotecas, museus, monumentos históricos, sítios arqueológicos ou galerias de arte? Porque não vão mais vezes ao cinema ou a espetáculos ao vivo? O desinteresse em relação a alguns bens culturais será efeito de socializações pouco sensíveis ao valor intrínseco da cultura? Qual o papel da família, da escola, de outras coletividades culturais ou dos próprios amigos na formação de capitais culturais entre os adolescentes? Qual o envolvimento dos portugueses em práticas artísticas amadoras? Haverá uma desarticulação entre as áreas da cultura e da educação? Com que frequência se acede à Internet com propósitos culturais? Até que ponto a pandemia terá intensificado o uso de serviços digitais no domínio cultural? Quais os meios através dos quais os portugueses tomam conhecimento dos acontecimentos culturais? Como orientar ou reajustar as políticas culturais quando se desconhecem as tipologias de segmentação dos públicos da cultura?

No caudal destas interrogações, mais um questionamento que convoca dois paradigmas de políticas culturais que se têm enfrentado nas últimas décadas: como promover uma «democratização da cultura» ou uma «democracia cultural» sem um conhecimento atualizado dos hábitos, práticas e gostos culturais dos portugueses? A dissonância entre os conceitos que sustentam estes dois paradigmas tem sido bastante debatida (Bellavance 2000; Lopes 2007; Donnat 2011; Romainville 2016). O desígnio da democratização da cultura – a que se associam as políticas de democratização cultural impulsionadas por André Malraux, ao tempo de Charles de Gaulle – é o alargamento da cultura considerada «legítima» ao maior número possível de pessoas, desse modo se acalentando a crença na redução das desigualdades de acesso à cultura erudita (Dubois 1999). Em contrapartida, o paradigma da democracia cultural, surgido nos finais dos anos sessenta do século passado, reivindica um conceito mais alargado de cultura, dando primazia à cultura de base comunitária, sensível à diversidade cultural. Neste sentido, enquanto o conceito

de democratização da cultura tende a enclausurar-se no pressuposto da universalidade da cultura erudita, por essa razão considerada legítima, o conceito de democracia cultural prioriza as políticas culturais centradas na produção e no pluralismo culturais, sem desprimor para as práticas artísticas amadoras. O Inquérito realizado reúne dados que, porventura, poderão suscitar um reequacionamento das políticas culturais, quer na vertente da democratização cultural, mais focada no acesso à cultura em prol de uma suposta equidade; quer do lado da democracia cultural, onde a participação cultural é tomada como testemunho de uma desejada liberdade. Quiçá os resultados do Inquérito possam suscitar novos questionamentos que levem a uma ressignificação do próprio conceito de desenvolvimento cultural, enquadrável nos desígnios de uma sociedade em que o bem-estar e a coesão sociais beneficiam das dinâmicas de participação a que se associa a cidadania cultural.

A busca de respostas às questões atrás levantadas, e a outras mais que a análise dos dados suscite, exige informação relevante e fidedigna sobre a participação cultural dos cidadãos e também sobre os incentivos, motivações e obstáculos que os mobilizam ou não para o exercício das práticas culturais. À escala internacional, uma boa parte desta informação tem sido obtida através da realização de importantes inquéritos que, frequentemente replicados, permitem, dessa forma, análises longitudinais sobre a evolução dos indicadores culturais. Infelizmente, esse não é o panorama existente em Portugal, salvo em alguns domínios sectoriais. Para uma boa parte dos indicadores da cultura escasseiam dados estatísticos que permitam avaliar tendências evolutivas.

Com o Inquérito às Práticas Culturais dos Portugueses, realizado pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, temos pela primeira vez em Portugal um amplo levantamento, à escala nacional, das práticas culturais dos portugueses, em vários domínios culturais. Nos anos 70 do século passado, a Fundação Calouste Gulbenkian havia já sido mentora de uma iniciativa pioneira quando, em colaboração com a Secretaria de Estado da Cultura, viabilizou a realização de um levantamento cultural que tinha por objetivo o reconhecimento da oferta cultural em alguns concelhos do país. Cerca de uma década depois, em 1984/85, a partir de uma amostra representativa da população portuguesa residente no Continente, realizou-se um Inquérito